

PORTARIA DE PESSOAL GAB-IPHAN/IPHAN Nº 435, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, Inciso V, Anexo I, do Decreto nº 9.238, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria MTUR nº 390, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2019, e tendo em vista a Portaria Casa Civil nº 225, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2020, e o processo nº 01450.005665/2018-10, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito as nomeações constantes no Anexo I desta portaria, efetivadas pela Portaria nº 357, de 03 de novembro 2021, publicada no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 2021, Seção 2.

Art. 2º - Nomear os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público que trata o Edital nº 1/2018, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2018, relacionados no Anexo II desta Portaria, para cargo efetivo, com remuneração correspondente a Classe "A", Padrão I, com o resultado final homologado pelo Edital nº 20/2018, publicado no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2018.

I - A nomeação que trata o caput, está de acordo com os percentuais estabelecidos nos itens 5.1 e 6.1 do Edital nº 1/2018, observadas rigorosamente a ordem de classificação e a distribuição das vagas na forma do Anexo III do mesmo Edital;

II - A distribuição das vagas nas unidades organizacionais do Iphan está fixada na Portaria nº 98, de 29 de abril de 2019, publicada no DOU de 30 de abril de 2019, Seção 1, bem como na Portaria nº 218, de 13 de agosto de 2019, publicada no DOU de 14 de agosto de 2019, Seção 1.

Art. 3º - A posse dos nomeados está condicionada ao disposto no Art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e poderá ocorrer em qualquer unidade organizacional do Iphan, localizadas nas capitais das Unidades da Federação.

Parágrafo único. Para a posse em Brasília - DF, os candidatos deverão comparecer à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/DPA - Sede.

Art. 4º - A relação dos exames médicos pré-admissionais, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do Iphan, para a posse, estão disponíveis no site do Iphan por meio do link: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/editais-e-concursos/concurso-iphan-2018>.

Art. 5º - Os nomeados deverão observar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse, contados a partir da publicação deste ato, e 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados a partir da posse, nos termos dos Artigos 13 e 15 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 6º - Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelo endereço eletrônico: coop@iphan.gov.br.

LARISSA PEIXOTO

ANEXO I

UF	Estado	Cargo 1 - Área de Atuação	Classificação	Nome	CPF	Cód. de Vaga	Fundamento Legal
DF	Brasília	Analista I - área 5	20º	DANIELA ALMEIDA	***.084.681-**	095660	Artigo 13, §6º da Lei 8.112/90
DF	Brasília	Auxiliar I - área 1	8º**	FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	***459.495-**	094269	Artigo 13, §6º da Lei 8.112/90

**PN
ANEXO II

UF	Estado	Cargo 1 - Área de Atuação	Classificação	Nome	CPF	Cód. de Vaga
DF	Brasília	Analista I - área 5	21º	BETI SOUTO DE AZAMBUJA	***.309.251-**	095660

UF	Estado	Cargo 3 - Área de Atuação	Classificação	Nome	CPF	Cód. de Vaga
DF	Brasília	Auxiliar I - área 1	18º	CAMILA FERNANDES LOBO	***.700.251-**	094269

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.960, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e alterações posteriores, e, conforme redação dada pelo Decreto nº 10.562, de 7 de dezembro de 2020, e, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar DANIEL AGUIAR ESPÍNOLA, para substituir a Chefe de Divisão, código FCPE 101.2, da Coordenação-Geral de Cooperação Federativa, Educação Cidadã e Controle Social, da Diretoria de Transparência e Controle Social da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União, em seus afastamentos e impedimentos legais e regulamentares.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 2.968, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, substituto, no exercício das competências previstas no art. 28 do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e à vista das disposições contidas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Portaria SE/CGU nº 2.348, de 2 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como interlocutores em relação ao tema acesso à informação, no âmbito de suas Unidades Organizacionais:

- I - Gabinete do Ministro:
 - a) Titular: Marília Ribeiro Lopes de Figueiredo Pereira;
 - b) Suplentes:
 1. Viviane Alice Rocha Aurélio; e
 2. Daniella Corrêa da Anunciação;
 - II - Secretaria-Executiva:
 - a) Titular: Milena Luz Barbosa;
 - b) Suplente: Felipe Mateus Sampaio da Silva;
 - III - Ouvidoria-Geral da União:
 - a) Titular: Simone Ferreira Magalhães;
 - b) Suplente: Paulo André Caminha Guimarães Filho;
 - IV - Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção:
 - a) Titular: Luiza Ferreira da Silva;
 - b) Suplentes:
 1. Fabiana Cristina de Oliveira Fiorini;
 2. Maria de Fatima Rezende; e
 3. Simone Saad Calli;
 - V - Secretaria Federal de Controle Interno:
 - a) Titular: Diana Coelho de Lima;
 - b) Suplente: Diego Assumpção;
 - VI - Corregedoria-Geral da União:
 - a) Titular: Maria Amélia Eugênia Pinheiro;
 - b) Suplentes:
 1. Ana Carolina Fuck Fullana; e
 2. Karla Camila Menezes Vieira;
 - VII - Secretaria de Combate à Corrupção:
 - a) Titular: Keiko Nakayoshi;
 - b) Suplente:
 1. Fernando Henrique Barbosa Quirino; e
 2. Priscila Bermudes Moraes Coradi;
 - VIII - Diretoria de Gestão Interna:
 - a) Titular: Thayanne Ribeiro Rangel;
 - b) Suplente: Valquíria Naves Sena da Silva; e
 - IX - Diretoria de Tecnologia da Informação:
 - a) Titular: Maira Hanashiro; e
 - b) Suplente: Raniere Araujo de Campos.
- Art. 2º Fica revogada a Portaria SE/CGU nº 1.509, de 22 de junho de 2021.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 2.972, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e alterações posteriores, e, conforme redação dada pelo Decreto nº 10.562, de 7 de dezembro de 2020, e, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Dispensar JULIAN JABER TONTINI, do encargo de substituto do Chefe de Divisão, código FCPE 101.2, da Coordenação-Geral de Ética Pública e Prevenção do Conflito de Interesses da Diretoria de Prevenção da Corrupção da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

PORTARIA Nº 2.973, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do art. 2º, da Portaria CGU nº 1.382, de 23 de junho de 2017, e conforme o disposto no Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e alterações posteriores, e, conforme redação dada pelo Decreto nº 10.562, de 7 de dezembro de 2020, e, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar RAIMER RODRIGUES REZENDE, para substituir o Chefe de Divisão, código FCPE 101.2, da Coordenação-Geral de Ética Pública e Prevenção do Conflito de Interesses da Diretoria de Prevenção da Corrupção da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União, em seus afastamentos e impedimentos legais e regulamentares.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 260, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XX e § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 19.00.2009.0007654/2021-98, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria CNMP-PRESI nº 219, de 21 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 25 de outubro de 2021.

Art. 2º Requisitar o Promotor de Justiça do Estado do Acre VINÍCIUS MENANDRO EVANGELISTA DE SOUZA para atuar como membro auxiliar no gabinete do Conselho Nacional do Ministério Público Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, pelo período de 1 (um) ano, com prejuízo total de suas atribuições no órgão de origem.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 666, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO os termos do art. 12, § 3º, da Portaria PGR/MPU nº 32, de 30 de agosto de 2019, publicada no BS/MPF nº 9/2019; e CONSIDERANDO o teor do Tabularium nº 08191.164889/2021-05, resolve:



Art. 1º Designar o servidor THIAGO CAVALCANTE DE LUCENA, matrícula 5103-9, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2021, o cargo em comissão de Assessor Chefe Jurídico III da Assessoria de Legislação de Pessoal da Consultoria Jurídica, código CC-03 (62002022).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGL, de 14/12/2018, e tendo em vista o que consta no Procedimento de Gestão Administrativa nº 08191.062213/2018-74, resolve:

Reverter a cota de 25% de pensão por morte que era devida ao Sr. PAULO HENRIQUE CARVALHO SILVA, matrícula 1552, em favor dos cobeneficiários HERIKA CARVALHO DE SOUZA SILVA, matrícula 1550, JOÃO LUCAS CARVALHO SILVA, matrícula 1553, e MARIA EDUARDA CARVALHO SILVA, matrícula 1551, que passarão a receber a cota de 33,33% a contar do dia 31/12/2021, data em que o primeiro pensionista completa 21 anos de idade, com fundamento nos arts. 222, inciso IV, e 223 da Lei nº 8.112/1990 c/c art. 3º da EC nº 103/2019, de acordo com a redação Vigente na data do óbito do instituidor Luiz Henrique Fonseca Silva.

RENATO LUQUEIZ SALLES

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PGL, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.164266/2021-24, resolve:

Nº 1.272 - Designar, de 10/01 a 04/02/2022, o servidor ANDERSON DE MELO PANTALEAO, matrícula 3347-2, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 1ª Promotoria de Justiça Criminal e do Tribunal do Juri da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas, código CC-02 (94001023).

Nº 1.273 - Nomear, a contar de 07/01/2022, a servidora MAYANE LOPES DE OLIVEIRA, matrícula 4078-9, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria II da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Tributária da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília I, código CC-02 (66001095), exonerando, em consequência, o servidor DANIEL DE SOUZA FERREIRA MENDONÇA, matrícula 4891-7 (Tabularium nº 08191.164114/2021-21).

Nº 1.274 - Art. 1º Designar a servidora DANIELLE ALVARENGA VIEIRA ROCHA QUEIROZ, matrícula 5754-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Rádio e TV da Secretaria de Comunicação, código CC-02 (50004029), dispensando, em consequência, a servidora OLÍVIA MARIA MENDES ARAUJO VIEIRA CORREA, matrícula 4585-3.

Art. 2º Dispensar a servidora DANIELLE ALVARENGA VIEIRA ROCHA QUEIROZ, matrícula 5754-1, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta da função de confiança de Chefe do Serviço de Vídeo da Secretaria de Comunicação, código FC-02 (50004026) (Tabularium nº 08191.164912/2021-53).

Nº 1.275 - Designar a servidora TATIANA MARTINS DOS SANTOS VINHADO, matrícula 5310-4, Analista do MPU/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, o cargo em comissão de Assessor Chefe de Gabinete de Promotoria I da 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal e de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Guarã da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Brasília II, Guarã, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo, código CC-01 (98001022) (Tabularium nº 08191.166822/2021-05).

RENATO LUQUEIZ SALLES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SG/MPF Nº 697, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, e o artigo 7º, inciso III, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.019472/2021-13, bem como o disposto na informação PGR-00438970/2021, resolve:

Art. 1º Conceder pensão civil vitalícia a MARIA LUZIA OLIVEIRA DA SILVA MENDES, na condição de cônjuge, a contar de 11/10/2021, data do falecimento do ex-servidor aposentado Álvaro Gentil Mendes, matrícula nº 4088, Técnico do MPU/Administração, Código TC 010101, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento nos artigos 16, inciso I, e no artigo 77, §2º, inciso V, alínea c, item 6, da Lei nº 8.213, de 24/7/1991, na redação dada pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015, c/c o artigo 23, caput, da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, cabendo à beneficiária cota familiar de 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos de aposentadoria a que fazia jus o instituidor, acrescida de cota individual de 10% (dez) pontos percentuais, perfazendo total de 60% (sessenta) por cento, com revisão na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 15 da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, na redação dada pelo artigo 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

PORTARIA SG/MPF Nº 705, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, e o artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.018750/2021-15, e de acordo com o disposto na informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas - PGR-00400618/2021, resolve:

Conceder pensão civil vitalícia a VANDER DE PAULA BRONZI, na condição de cônjuge, a contar de 21/9/2021, data do falecimento da ex-servidora Paulete de Paula Bronzi, matrícula nº 29.526, Técnico do MPU/Administração, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 16, inciso I, e no artigo 77, §2º, inciso V, alínea c, item 6, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, na redação dada pela Lei nº 13.146, de 6/7/2015, c/c os artigos 23, caput, e 26, §1º e 2º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, cabendo ao beneficiário a cota familiar de 50% (cinquenta) por cento, acrescida de cota individual de 10% (dez) pontos percentuais, perfazendo o total de 60% (sessenta) por cento dos proventos a que a instituidora faria jus caso fosse aposentada por incapacidade permanente para o trabalho, com revisão na

mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 15 da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, na redação dada pelo artigo 171 da Lei nº 11.784, de 22/9/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

PORTARIA SG/MPF Nº 706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, e o artigo 7º, inciso III, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.020629/2021-53, bem como o disposto na informação da Secretaria de Gestão de Pessoas PGR-0040841/2021, resolve:

Art. 1º Conceder pensão civil vitalícia a ZORAIDE FERRAZ BARBOSA PRIETO, na condição de cônjuge, a contar de 16/09/2021, data do falecimento do ex-servidor aposentado José Manuel Prieto Rodriguez, matrícula nº 11.371, Técnico do MPU/Administração, Código TC-010101, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, cabendo à beneficiária a cota familiar de 50% (cinquenta) por cento do valor dos proventos de aposentadoria a que fazia jus o instituidor, acrescida de cota individual de 10% (dez) pontos percentuais, perfazendo um total de 60% (sessenta) por cento, e proporcionalizada nos termos do artigo 24 da Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019, com fundamento nos artigos 16, inciso I, e 77, §2º, inciso V, alínea c, item 6, da Lei nº 8.213, de 24/07/1991, na redação dada pela Lei nº 13.146, de 06/07/2015, c/c o artigo 23, caput, da supracitada Emenda, com revisão na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, nos termos do artigo 15 da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, na redação dada pelo artigo 171 da Lei nº 11.784, de 22/09/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

PORTARIA SG/MPF Nº 709, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º - inciso XXXII do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo artigo 1º - inciso II, alínea a, da Portaria SG/MPF nº 381, de 06 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00444694/2021, resolve:

1. Dispensar SONIA MARIA BARBOSA CARVALHO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 5190, da função de confiança de Assistente Nível I, FC-1, da Assessoria de Normatização, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal.

2. Nomear SONIA MARIA BARBOSA CARVALHO, Bacharela em Ciências Contábeis, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 5190, para exercer o cargo em comissão de Assessora Nível II, CC-2, da Assessoria Técnica e de Conformidade dos Atos de Gestão, da Secretaria Geral do Ministério Público Federal.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 711, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "p", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00446528/2021, resolve:

Designar ANA MARIA FREITAS MONTEIRO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 21592, para exercer a função de confiança de Assistente Nível II, FC-2, da Subsecretaria de Legislação de Pessoal, da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PORTARIA Nº 717, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "n", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00446746/2021, resolve:

1. Dispensar GABRIELA MARCOLINO SILVA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 21413, do encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Carlos Rodolfo Fonseca Tigre Maia.

2. Designar ANA GABRIELA DA SILVA MARQUES, Bacharela em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 16242, para exercer o encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Carlos Rodolfo Fonseca Tigre Maia.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 287, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo disposto no art. 56, inciso VII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, resolve:

1. Dispensar a servidora TONIA DACIER LOBATO DUARTE, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula 22007, do encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe - Nível II, CC 02, da Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

2. Designar o servidor RICARDO DOS SANTOS SOUTO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula 5188, para exercer o encargo de substituto eventual da Assessora-Chefe - Nível II, CC 02, da Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará.

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 666, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2021

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33 e incisos do Regimento Interno do Ministério Público Federal (aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015), resolve:

1-Exonerar LIS MARIA GARCIA LOPES, matrícula nº 6814-4, Técnico do MPU/Administração, da função de Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas, CC-1, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

2-Dispensar MONICA SAID LINZMAYER DEA, matrícula nº 16414-3, Técnico do MPU/Administração, do encargo de substituto eventual de Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas, CC-1, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.



3-Nomear MONICA SAID LINZMAYER DEA, matrícula nº 16414-3, Técnico do MPU/Administração, para exercer a função de Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas, CC-1, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

4-Designar LIS MARIA GARCIA LOPES, matrícula nº 6814-4, Técnico do MPU/Administração, para exercer o encargo de substituto eventual de Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas, CC-1, da Procuradoria da República no Estado do Paraná.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 211 - PGJM, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 19.03.0010.0000333/2021-28 e considerando as justificativas apresentadas nos autos do Processo SEI nº 19.03.0010.0000411/2021-89, resolve:

Suspender, com fundamento no art. 18 da Lei nº 8.112/1990 c/c art. 287 da Lei Complementar nº 75/1993, pelo prazo de 2 (dois) dias, nas datas de 14 e 15 de dezembro de 2021, o trânsito concedido ao Dr. OTÁVIO AUGUSTO DE CASTRO BRAVO, Procurador de Justiça Militar, nos termos da Portaria nº 188 /PGJM, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 213, Seção 2, página 44, de 12 de novembro de 2021, em virtude de necessidade do serviço, a fim de que o membro possa atuar nos autos dos IPMs nºs 7000087-90.2021.7.07.0007 e 7000140-71.2021.7.07.0007 e oferecer denúncia com base no IPM nº 7000107-18.2020.7.07.0007.

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI

SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 653 - DG/SEC/MPM, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 290/PGJM, de 5 de dezembro de 2013, resolve:

Nomear PLINIO TEIXEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR, matrícula 1826-1, Sem Vínculo, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Técnico Nível II, Código CC-2 (62867), do Gabinete da Secretaria do Diretor-Geral, da Procuradoria-Geral de Justiça Militar.

ALEXANDER JORGE PIRES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DIRETORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No artigo 2º da Portaria MPT nº 1.758, DE 1º/12/2021, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 2/12/2021, ONDE SE LÊ: "Chefe da Assessoria Jurídica do 2º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, código CC-4", LEIA-SE: "Chefe da Assessoria Jurídica do 2º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região/PE, código CC-2".

PORTARIA Nº 1.822, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria DG-MPT nº 49, de 22 de janeiro de 2019, publicada no DOU em 28 de janeiro de 2019, considerando o que consta no PGEA/MPT nº 20.02.0001.0011556/2021-43, resolve:

Art. 1º Dispensar o servidor MARCELO GONÇALVES DE AQUINO, matrícula 6001458-X, ocupante do cargo efetivo de Técnico do MPU/Administração, da função de confiança de Chefe da Secretaria do 8º Ofício Geral da Procuradoria-Geral do Trabalho, código FC-2.

Art. 2º Designar o servidor RICARDO AUGUSTO DE ANDRADE FRANCO, matrícula 6007918-5, ocupante do cargo efetivo de Técnico do MPU/Segurança Institucional e Transporte, para a função de confiança de Chefe da Secretaria do 8º Ofício Geral da Procuradoria-Geral do Trabalho, código FC-2.

ANDERSON RÉGIS CAVALCANTE FEITOSA

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 240, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A VICE-PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02.10.2017, nos termos do artigo 92, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora SIMONE CORÁ OLIVIERI, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 600.7961-4, para o encargo de Substituto do Chefe da Assessoria Jurídica do 8º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, Código CC 4, no período de 10.01 a 21.01.2022, nas férias e afastamentos do titular.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LUCIA CARLOS

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 213, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO/PB, no uso de suas atribuições legais, TORNA SEM EFEITO a PORTARIA Nº 211, de 09 de dezembro de 2021; e, CONSIDERANDO a averbação de suspeição do Procurador Regional do Trabalho Dr. JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO para atuar no processo judicial nº 0000716-51.2020.5.13.0030, resolve ALTERAR a PORTARIA Nº 209, de 07 de dezembro de 2021, especificamente nos termos abaixo, mantendo as determinações anteriores:

DISPENSAR o Procurador Regional do Trabalho Dr. JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO do julgamento do processo ROT 0000716-51.2020.5.13.0030, a ser apregoadado na sessão Telepresencial do Pleno Judicial do dia 16/12/2021.

DESIGNAR o Procurador do Trabalho Dr. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA para atuar no julgamento do processo ROT 0000716-51.2020.5.13.0030, a ser apregoadado na sessão Telepresencial do Pleno Judicial do dia 16/12/2021.

ANDRESSA ALVES LUCENA RIBEIRO COUTINHO

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 248, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O VICE-PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no PGEA 20.02.1500.0001861/2021-24, resolve:

I- Dispensar o servidor FABIO JUNQUEIRA CAVALETTI matrícula nº 6003698-2, ocupante do cargo de Analista do MPU/Gestão Pública, do encargo de substituto da Função de Confiança de Chefe da Seção de Gestão de Contratos, código FC-2, desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, designado pela Portaria PRT 15 nº 191, de 11 de novembro de 2019, publicada no BS ESPECIAL 11-D de 12.11.2019.

II- Designar o servidor VALMIR HENRIQUE ALBERTO, matrícula 6008655-6, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para o encargo de substituto da Função de Confiança de Chefe da Seção de Gestão de Contratos código FC-2, desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.

III- Dispensar a servidora SIMARA MIRANDA BRITO, matrícula nº 6006481-1, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, do encargo de substituta eventual da Função de Confiança de Chefe da Seção de Licitações e Compras, código FC-2, desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, designada pela Portaria PGT nº 1397, de 19 de outubro de 2021, publicada no DOU nº 198, Seção 2, de 20.10.2021.

IV- Designar o servidor RAFAEL RODRIGUES ARRUDA matrícula nº 6006389-0, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, para o encargo de substituto da Função de Confiança de Chefe da Seção de Licitações e Compras, código FC-2, desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.

V- Dispensar o servidor RAFAEL RODRIGUES ARRUDA matrícula nº 6006389-0, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, do encargo de substituto eventual da Função de Confiança de Chefe da Seção de Licitações e Compras, código FC-2, desta Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, designado pela Portaria PGT nº 1397, de 19 de outubro de 2021, publicada no DOU nº 198, Seção 2, de 20.10.2021.

EDUARDO LUÍS AMGARTEN

Defensoria Pública da União

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 1.102, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o Convite 4859163;
Considerando o Memorando SGAJ 4875807;
Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.023943/2021-28;

resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento do país, com ônus, no período de 11 a 15 de janeiro de 2022, do Secretário-Geral de Articulação Institucional da Defensoria Pública da União, Dr. Gabriel Saad Travassos do Carmo, para participar do evento "Pactos políticos y sociales para una nueva América Latina", a ser realizado em Valparaíso/Chile nos dias 12, 13 e 14 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO DO PRESIDENTE DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora LUIZA HELENA COSTA DE JESUS, ponto n. 6.092, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legislativos, área Serviços Paramédicos, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, assegurado pelo art. 3º, caput e § 1º, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019.

ARTHUR LIRA

ATO DO PRESIDENTE DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor DIRCEU DA SILVA, ponto n. 3.669, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legislativos, área Serviços de Atendimento, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, assegurado pelo art. 3º, caput e § 1º, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019, com a vantagem prevista no artigo 62-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

ARTHUR LIRA

ATOS DO PRESIDENTE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora FATIMA APARECIDA CAMARGO, ponto n. 6.206, no cargo efetivo de Técnico Legislativo, atribuição Agente de Serviços Legislativos, área Serviços Paramédicos, Classe Especial, Padrão 10, nos termos do artigo 4º, caput e §§ 2º, 6º, inciso I, e 7º, inciso I, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

DISPENSAR, a pedido, de acordo com o artigo 35, inciso II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, FATIMA APARECIDA CAMARGO, ponto n. 6206, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legislativos - Serviços Paramédicos, Classe Especial, Padrão 10, da função comissionada de Chefe da Seção de Cardiologia, FC-1, da Coordenação Médica, do Departamento Médico, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

ARTHUR LIRA

